



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 201/2020/SUPEL-ASSEJUR

Referência: Processo administrativo 0020.227655/2018-22 - **Pregão Eletrônico:** nº 221/2019/KAPPA/SUPEL/RO

Procedência: Comissão de Licitação KAPPA/SUPEL

Interessado: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia – PGE/RO.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo (expediente, limpeza, gênero alimentício, copa e cozinha e processamento de dados), conforme anexo I, para atender as necessidades desta PGE/RO.

Valor estimado: R\$ 516.643,16 (Quinhentos e dezesseis mil seiscientos e quarenta e três reais e dezesseis centavos).

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO.
LICITAÇÕES E CONTRATOS.
Intenção recursal. Possível empresa impedida. Conhecimento. IMPROCEDENTE.
Manutenção da decisão.

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se da intenção de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **PLANETA COMERCIO ATACADISTA DE UTILIDADES DO LAR LTDA**, pág 144 (10376722), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer jurídico.
3. Abrigam os autos o Pregão nº 221/2019/SUPEL/RO.

II - ADMISSIBILIDADE

4. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, motivação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

5. Não foram apresentadas contrarrazões.

III - DA INTENSÃO RECURSAL INTERPOSTO PELA LICITANTE "PLANETA COMERCIO ATACADISTA DE UTILIDADES DO LAR LTDA" pág.144 (10376722)

6. Inconformada a recorrente apresenta sua intenção de recurso, nos seguintes termos:

“Favor verificar CEIS, tem firma com impedimento.”

IV - DECISÃO DA COMISSÃO (10377070)

7. Compulsando os autos, a Pregoeira julgou:

- **IMPROCEDENTE** a intenção recursal da empresa **PLANETA COMERCIO ATACADISTA DE UTILIDADES DO LAR LTDA**, mantendo exarada a Ata do Pregão Eletrônico nº 221/2019/KAPPA/SUPEL/RO.

V - PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

8. Preliminarmente esclarecemos que a recorrente **PLANETA COMERCIO ATACADISTA DE UTILIDADES DO LAR LTDA**, apresentou apenas sua intenção de recurso, mesmo sendo oportunizado o prazo legal para as razões recursais.

9. A intenção de recurso da recorrente se restringe a solicitar a verificação do CEIS, alegando ter licitantes com impedimentos.

10. Conforme restou comprovado pela Sra. Pregoeira verifica-se que não há qualquer impedimento das licitantes junto ao CEIS, SICAF e CAGEFIMP. Vejamos:

QUADRO 1 - EMPRESAS LICITANTES

QUADRO 1 - EMPRESAS LICITANTES

EMPRESAS	CEIS	SICAF	CAGEFIMP	PROTOCOLO	PÁGINA
	ATENDE AO EDITAL				
IMPOL COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES EIRELI	✓	✓	✓	10359484	1-3
NOGUEIRA & ALVES COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE LIMPEZA LTDA	✓	✓	✓	10359565	
A.C.F. MOREIRA	✓	✓	✓	10359670	
ARIADNER DA SILVA MESSIAS	✓	✓	✓	10359724	
BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS EIRELI	✓	✓	✓	10359792	
COMERCIO VAREJISTA DE ARMARINHO MARTINS EIRELI	✓	✓	✓	10359821	
HOLANDA PAPELARIA EIRELI	✓	✓	✓	10359866	
M C INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA	✓	✓	✓	10359897	

COMERCIAL VENUS LTDA	✓	✓	✓	10359965
T. C. C. DE A. FERREIRA COMERCIO E SERVICO	✓	✓	✓	10359997
LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	✓	✓	✓	10360025
COMERCIAL MILEUM EIRELI	✓	✓	✓	10360064

* ✓ - Significa que não consta impedimento

* X - Significa que consta impedimento

11. Destacamos que, as diligências foram feitas conforme prevê o Edital (9723575) em seu subitem 13.17 :

“13.17. Serão realizadas consultas, ao **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU** (Lei Federal nº 12.846/2013), **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça** (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.”

12. De acordo com o art. 41, da Lei nº 8.666/93, “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

13. Por todas as razões acima expostas, não verificamos qualquer irregularidade no certame, tão pouco inobservância de previsão editalícia.

14. Assim, verifica-se que, de modo claro e evidente, a intenção recursal tem nítido caráter protelatório com intuito de tumultuar e atrasar o regular andamento do processo licitatório.

15. Cabe ressaltar que a interposição do recurso deve ser MOTIVADA, não apenas para que a Administração possa analisar a viabilidade do recurso, mas também para que as licitantes participantes do certame possa apresentar amplamente sua defesa.

VI - CONCLUSÃO

16. Ante o exposto, tendo por respaldo documentos comprobatórios supracitados, opinamos pelo conhecimento do recurso e pela **manutenção** da decisão da Sra. Pregoeira, julgando da seguinte forma:

- **IMPROCEDENTE** a intenção de recurso interposto pela empresa **PLANETA COMERCIO ATACADISTA DE UTILIDADES DO LAR LTDA**, mantendo a classificação das propostas e habilitação das licitantes no certame.

17. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

18. O presente parecer apenas terá validade após o aprovo por parte do Procurador Geral do Estado de acordo com o art. 11, V, da LCE n. 620/2011 c/c o artigo 9º, II da Resolução N.08/2019/PGE/RO/2019/PGE-GAB.

19. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 25/03/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 25/03/2020, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0010568760** e o código CRC **3261C64C**.